

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e
desigualdades**

A VIDA É DESAFIO: Resistências Negras e a luta por direitos na favela da Maré

**DEIVI FERREIRA DA SILVA MATOS¹
ALZIRA BERNARDES MITZ GUARANY²**

Resumo

Este estudo analisa a resistência da população negra da Favela da Maré sob um olhar mouriano, utilizando obras de Clóvis Moura e pesquisa documental da Redes da Maré. Conclui-se que, ao longo de 85 anos, a população desenvolveu uma sabedoria ancestral, e uma resistência contra violações de direitos potencializadas pelo racismo estrutural, institucional em colaboração com o Estado e o capital.

Palavras-Chave: resistência negra; racismo; Maré; práxis negra.

Abstract

This study analyzes the resistance of the black population of Favela da Maré from a Mourian perspective, using works by Clóvis Moura and documentary research by Redes da Maré. It is concluded that, over 85 years, the community developed ancestral wisdom and resistance against rights violations enhanced by structural, institutional racism in collaboration with the State and capital.

Key-Words: black resistance; racism; Mare Slum; Black praxis

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Universidade Federal do Rio de Janeiro

Introdução

*Eta povo para lutar, vai gostar de trabalhar
Nunca vi tão disposto, nunca está de cara feia
Sempre traz escancarado
Um franco sorriso no rosto
Se rola uma “intera”
É o primeiro a pôr a mão no bolso
Se um vizinho ao lado está passando
Por má situação
Ele faz um mutirão e ajeita a situação
(Zeca Pagodinho)*

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise moureana, sobre as práticas de luta e resistência no conjunto dos 16 espaços favelados da Maré. Para tanto buscamos analisar o processo de formação da sociedade brasileira e como esses determinismos atravessam a construção e a história do território da Maré.

A resistência, atrelada à luta por sobrevivência e à reivindicação por direitos e por serem tomados pela sociabilidade hegemônica como sujeitos, desde o Período Colonial está no núcleo da lógica e da práxis social da população negra. Dos(as) negros(as) sequestrados(as) no Continente Africano e submetidos(as) ao trabalho forçado no Brasil, aos negros(as) que na contemporaneidade residem nas periferias das cidades ou dentro de espaços favelados como o Complexo da Maré no município do Rio de Janeiro, a lógica para sobreviver as inúmeras violências estruturais que os alocam naquilo que Fanon (2008), denominou como zona de não-ser é a lógica da resistência aos que os querem servis ou mortos.

O conjunto de favelas da Maré, localizado na cidade do Rio de Janeiro, foi um território que se constituiu a partir de um intenso e complexo processo migratório de trabalhadores rurais para a cidade em busca de melhores condições de vida, pois suas terras foram expropriadas ou perderam condições de nela continuar a produzir, provocado pela expansão urbana e pela crescente industrialização iniciada a partir dos anos de 1940.

O século XXI encontra esse território, considerado um dos bairros mais populosos do país com uma população de cerca de 140.000 habitantes, dos quais mais da metade se autodeclararam negros. Importante frisar que a Maré é maior que 96% dos municípios do Estado brasileiro¹. Os habitantes desses espaços favelados continuam a lutar pelo direito de existir. Essa população resiste cotidianamente, de forma coletiva e organizada e individualmente, contra o racismo

¹ Conforme o IBGE (2023), O Brasil, hoje conta com 5.570 mil municípios. Esse dado indica que o território mareense deveria ser visto a partir das suas particularidades, além de ser alvo de políticas públicas mais expressivas, pois dada sua dimensão populacional o conjunto de espaços favelados, enfrenta questões e dilemas que muitas vezes ultrapassam a dimensão imediata de um pequeno bairro, ou apenas um complexo de favelas.

estrutural² e o racismo institucional³ em todas as suas dimensões e contra todas as suas estratégias de aniquilamento.

Dentro de uma lógica ancestral, considerada por Moura (2024) como práxis negra, capacidade de resistir e existir, esse segmento populacional mareense encontra-se há mais de 8 décadas forjando formas de resistir e se (re)organizar na luta por direitos sociais básicos tais como o direito à segurança pública não genocida, à saúde, à moradia digna, ao trabalho decente e à renda, dentre outros. Todas essas pautas se materializam enquanto expressões da “questão social” da sociedade brasileira moderna, pois são potencializadas pelo racismo que marcou a formação do país.

O presente trabalho vai apresentar alguns elementos presentes no processo de luta, existência e resistência desse território constituído em sua maioria por negros, a partir da perspectiva moureana de práxis negra. Se combinaram de matá-los, eles combinaram de não morrer: se autoafirmam como sujeitos, existem e reexistem como sementes.

Nossas resistências vêm de longe⁴

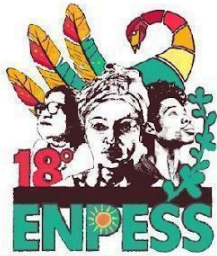
*Já com a face enrugada e a mão calejada
Lá vai ele pra batalha, e a Deus
pede saúde
Vive no fio da navalha
(Zeca Pagodinho)*

O processo de construção do conjunto de favelas da Maré, teve início pouco mais de cinco décadas após a abolição legal da escravatura no país. O estado do Rio de Janeiro, onde o território da Maré se localiza, teve importância significativa ao longo de todo o período do Brasil Colônia. Foi um dos estados que mais recebeu negros escravizados, mesmo no período de escravismo tardio, que segundo (Moura, 2024), ocorreu entre 1850 e 1888, pois muitos dos escravos que estavam nos latifúndios do Nordeste foram vendidos para cá (Souza, 2006).

² Partimos de Almeida (2016), entendendo o racismo como um dos elementos fundantes da sociedade brasileira, um componente estrutural e estruturante das relações sociais no país. Elemento a partir do qual se constituem e se operacionalizam as normas e a manutenção das relações sociais nas esferas políticas, culturais, econômicas, sociais individuais e coletivas.

³ O racismo institucional é fruto do racismo estrutural. Possui uma ampla e consolidada organização e desenvolvimento que se materializa através das estruturas políticas, nas práticas e nas normativas institucionais. Molda as oportunidades e os valores para as diversas populações (Werneck, 2016).

⁴ O título desta sessão faz menção ao livro organizado por Jurema Werneck (2005), "O livro da saúde das mulheres negras: Nossos passos vêm de longe". Nosso objetivo é homenagear as mulheres negras, que têm historicamente atuado à frente das lutas por direitos sociais da população negra, desde que chegaram nas terras novas sequestradas das Áfricas (Davis, 2016).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

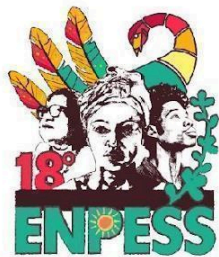
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Moura (1992) mapeia essa parcela da população no estado do Rio de Janeiro e demonstra que em 1819 o total da população fluminense era de 510.000 habitantes, dos quais 146.060 eram escravizados e 363.940 eram livres. Embora esses números possam ter certo grau de imprecisão, já que o primeiro censo populacional só ocorreu em 1872 (IBGE), Nascimento (2016) reflete que de 4 milhões de africanos que foram sequestrados em África, no período colonial, em torno de 38% atracaram no porto do Rio de Janeiro, de onde foram distribuídos para os demais estados.

Para Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020), a dinâmica dos processos históricos e sociais ocorridos no estado fluminense contribuem para a compreensão das particularidades que coordenaram a implicação do país no modo de produção capitalista, ainda em seu período mercantil (Moura, 2024), como ajuda a entender a complexidade da gênese da classe trabalhadora (Mattos, 2010). O Rio de Janeiro era considerado estratégico em função de três vetores que se ligam diretamente aos sujeitos desse estudo: primeiro devido ao trânsito expressivo de mercadorias nesse período, uma delas de fundamental importância para a economia nacional, a força de trabalho negra, sem a qual a estrutura econômico-social do país jamais teria existido, segundo Nascimento (2016) e Moura (1992; 2020). O segundo vetor apontado por Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020), é que o Rio de Janeiro exerce papel crucial no processo de transição do modo de produção escravagista para o capitalismo periférico e dependente na medida em que no período de 1800, torna-se um dos grandes polos comerciais brasileiros de acumulação do capital. Isso acontece, no momento em que, o estado extrapola a função de ser mera porta de entrada e saída de produtos primários, passando assim a ter diversos surtos manufatureiros que os autores supracitados, localizam entre 1808 e 1822. Um dado que atesta esse fenômeno é que [...] “No final do século XIX, o Rio sediava a única Bolsa de Valores do país, além de uma série de bancos estrangeiros, sendo a principal praça financeira nacional” (Castelo, Ribeiro e Rocamora, 2020).

O terceiro e último vetor está vinculado ao fato do Rio ter sido palco de inúmeras lutas populares organizadas por trabalhadores escravizados e livres a partir de meados de 1850, ou seja, também foi polo de resistência dessa população. Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020, p.16) afirmam que esses três pilares refletem que nossa sociedade passou por um processo de transição curupira, na qual “caminhou-se para a frente com os pés voltados para trás”.

O Brasil e as relações sociais estabelecidas no século XXI trazem em si fortes marcas de sua formação social-histórica marcada por um regime escravagista que durou quase 4 séculos a qual deu sustentáculo à consolidação do capitalismo, assim como pelo fato de ter se constituído



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

enquanto território nacional a partir de sua inserção periférica na divisão internacional do trabalho (Moura, 2024). Esses elementos impactaram significativamente a vida da população negra trazida pelo tráfico transatlântico, assim como ainda hoje rebate na vida dos milhões de negros brasileiros.

A abolição formal firmada em 1888 nada mais foi do que reconhecer que aquele regime era insustentável, fosse pelas pressões internas causadas pelas centenas de fugas e mobilizações dos negros escravizados e libertos, os quais mais tarde contaram com apoio dos abolicionistas, fosse pelas pressões dos países centrais. Todavia esse processo não se deu com a preocupação de inserir nem apoiar a massa da população negra liberta, pelo contrário: além de não terem feito a reforma agrária, que era um ponto pautado na negociação da abolição, ainda proibiram que os negros se tornassem proprietário de terras; não aproveitaram aquela mão de obra qualificada para inseri-los no mercado de trabalho livre e remunerado, alegando que não tinham qualquer condição de trabalho⁵ nem eram capazes de tanto, apoiando-se no racismo científico, sem contar no projeto de branqueamento da nação com o estímulo à vinda dos imigrantes europeus.

Nesse terreno se consolida a superexploração⁶ dessa força de trabalho, o emprego informal como inserção majoritária nesse momento da economia nacional, o processo de favelização resultante da proibição da ocupação do espaço urbano da cidade por homens e mulheres negros, além da dificuldade de acessar qualquer política pública, inclusive a de saúde e de assistência. Desde então a população negra tem buscado formas de produzir e reproduzir sua própria existência em um contexto social, econômico e político marcado pelo racismo estrutural que o quer o corpo negro servil ou morto.

O conjunto de favelas da Maré é resultado de todo esse processo. Emerge da migração de trabalhadores rurais atraídos pelo crescimento das “oportunidades” na cidade, que se inserem no espaço urbano de forma precária. Começa com um ajuntamento de casas populares em condições insalubres e precárias e hoje conta com 140 mil habitantes aproximadamente, distribuídos em 16 favelas. Seu processo de construção se conecta de maneira direta com o desenvolvimento das forças produtivas da capital fluminense e do Brasil como um todo.

⁵ Lembrando que até aquele momento no Brasil os negros eram as mãos e os pés do país. Foi a partir do trabalho deles que se construiu e se manteve o país por séculos (Nascimento, 2016).

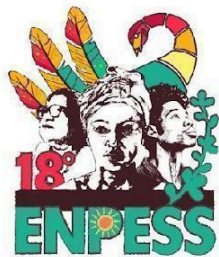
⁶ Marine (2005), constrói a categoria superexploração a partir de três pilares: o aumento da intensidade do trabalho, o aumento da extensão de tempo do emprego da força de trabalho e o pagamento desta abaixo do seu valor. Nesse sentido, a superexploração representa: O aumento de mais-valia absoluta extraída da/dos trabalhadores/as nos países periféricos e dependentes a fim de ressarcir a apropriação de mais-valia que se realiza no mercado externo (capitalismo central). É a força de trabalho paga abaixo do seu valor e a violação da força de trabalho.

Ao surgir em meados de 1940, a Maré se vincula a uma dinâmica intensa de mudanças sociais que ocorriam no país. Ergue-se em meio ao fluxo de deslocamento em massa dos trabalhadores rurais do campo para cidade, o que provoca como um de seus desdobramentos sociais um movimento intenso de trabalhadores pobres e expropriados de suas terras que se deslocam do campo para se constituírem como trabalhadores pobres explorados no espaço urbano. Espaço este que não foi projetado nem planejado para agregar toda essa população (Matos, 2023).

Matos (2023), analisando o processo de formação social da Maré, indica que nas fases embrionárias do processo de construção dos 16 espaços favelados mareense direitos como a saúde, educação e moradia ainda não se configuravam como direitos sociais universais. Para o pensador, parte da população que passou a ocupar as cidades, e por sua vez a Maré, foram forçados a construir e a ocupar moradias precárias, sem saneamento básico, sem abastecimento de água potável. O que impactará significativamente não só na acentuação da vulnerabilidade social desses indivíduos, bem como no binômio saúde/doença. A Maré se forja dentro desse contexto social e econômico, com suas habitações sendo construídas sobre terrenos perigosos, alagados, insalubres e inapropriados.

Esse período de surgimento e construção dos espaços favelados mareenses coincidem com o fim do período em que o Brasil absorve uma série de teorias raciais que buscavam atestar que o “fracasso” do país, enquanto nação, era devido ao elemento negro do qual era constituído. Schwarcz (2017), analisando esse período que vai de 1870-1930, refere que o país, se tornou um grande laboratório racial, onde uma série de cientistas, médicos, juristas, literários e museólogos brasileiros e estrangeiros, por meio de uma série de teorias pautadas em “pseudociências”, culpabilizavam a população negra pelo fato de o Brasil não ter dado certo como nação. Para tanto lançavam mão de uma série de estigmas raciais, do racismo científico e políticas eugênicas (Schwarcz, 2017).

Moura (2004) ao refletir sobre esse intenso e histórico processo de submissão da parcela da população negra enxerga nele o movimento inverso e proporcionalmente forte de (re)ação e resistência, a práxis negra. Os processos de resistência e insurgências negras que solaparam e derrubaram todo o regime escravocrata, ainda hoje tem sua fonte de inteligência ancestral ressignificada e aplicada sobre novas roupagens pelas populações negras, inclusive nas favelas que compõem o Complexo da Maré. A população negra mareense que representa mais de 60% dos seus habitantes (Redes da Maré, 2019) tem se reconhecido e se colocado como sujeito



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

histórico e participe das ações e imbricamentos sociais na qual está inserida, forjando processos de luta por direitos sociais ante o sistema que os tolera.

Importante destacar que a favela da Maré surge uma década após o Estado reconhecer a insuficiência de usar a repressão policial diante dos levantes populares para terem as pautas das classes trabalhadoras reconhecidas e atendidas e tomar para si a responsabilidade de enfrentar as expressões da “questão social”, oriundas da contradição entre capital e trabalho (Iamamoto, 2014).

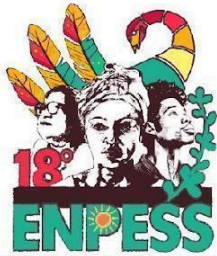
Netto (2011) aponta esse período como aquele que marca a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, o Estado passa assumir novas funções dentro da sociedade brasileira. Para o autor, no contexto da ordem monopólica o Estado, enquanto agente terminal das vontades e ditames da classe dominante, passa também a ser penetrado pelas reivindicações e demandas da classe trabalhadora. Desta maneira, o ente estatal enquanto agente regulador dos conflitos de classe, passa a atender não só aos interesses da burguesia, mas também os interesses da classe trabalhadora.

É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” se tornam – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais (Netto, 2011, p.29).

O Estado brasileiro tratava as questões conectadas à desigualdade social como “casos de polícia”, ou seja, as expressões da “questão social” (Netto, 2011) eram resolvidas com violência ostensiva. Somente a partir da década de 40 o Estado trouxe para o campo da política lidar com as reivindicações dos trabalhadores. Todavia há que se apontar que parte das expressões da questão social manteve seu enfrentamento na esfera da violência, como caso de polícia, especialmente aqueles que envolvem a população negra brasileira.

Embora tenhamos tido pautas incorporadas e avanço substanciais no campo do acesso aos direitos e às políticas sociais, o Estado nunca deixou de tratar as expressões da questão social dessa população, como “casos de polícia”. Nem deixou de se valer de dispositivos coercitivos como ferramentas penais e jurídicas, no trato desta parcela da população

A população mareense, desde a início do processo de formação deste território, é tida como classe perigosa. Desde as décadas iniciais de ocupação deste território é marcada pela hora do medo. Se nos seus primórdios era com a precariedade das habitações onde “[...] havia tábuas podres, crianças caindo na água, ventanias tempestades, ratos e remoções [...]” (Marjise, *apud* Museu da Maré, 2023, p. 5), no século XXI “[...] a hora do medo havia bala perdida, violência e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

morte brutal [...]” (op cit, 2023, p.5). Todavia, mesmo diante de todas essas práticas violentas, que também são pautadas pelo racismo e pela discriminação, a população não paralisou, não se extinguiu, mas continuou o desenvolvimento da construção das suas moradias, mesmo que de forma precária para tentar mudar uma realidade perene e da dor que era o estado de abandono do Estado. Aspectos como esses, tais como a luta por moradia, por saúde e contra o racismo se insere nas agendas e nas pautas da população negra da Maré até os dias atuais.

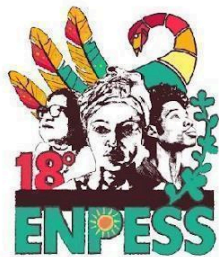
Práxis negra e população mareense: Lá vão eles para batalha

*Eta povo guerreiro, faça chuva, faça sol
Esse povo tá sempre na luta
E a divisão é o lema desse povo
Salve o povo brasileiro!
(Zeca Pagodinho)*

Ao longo dos seus 85 anos, a Maré passou por inúmeros processos de transformações sociais significativos e continuou crescendo, desenvolvendo-se e se resignificando-se diante do abandono social, da ausência de direitos e da negação de acesso a eles. Desde a abolição, que manteve resquícios coloniais que excluía os negros (as) do tecido social, ao processo de constituição da República, passando pelo período Ditatorial de Vargas e Empresarial-Militar, até o processo de redemocratização do país, o trinômio resistência, luta por direitos e resignificação da dor sempre esteve no horizonte desta população.

Conseguimos acompanhar e ter noção concreta desse fenômeno de existir e resistir por meio do acompanhamento cronológico do crescimento dos espaços favelados que compõem a Maré. Segundo o Redes da Maré (2019) o ano de constituição de cada um dos 16 espaços favelados da Maré, são respectivamente: Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Rubens Vaz (1954), Parque Roquete Pinto (1955), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila dos Pinheiros (1983), Conjunto Pinheiros (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), Nova Maré (1996) e Novo Pinheiros (2000), esta última conhecida como Salsa e Merengue.

Cabe destacar que o protagonismo e o pioneirismo das mulheres negras na luta em prol de condições dignas de habitabilidade, direitos sociais, tais como a saúde e assistência social foi presente e marcante ao longo desse processo de crescimento marginal. Esta práxis remete a uma herança de luta herdada de dona Orosina, mulher negra, nascida em finais do século XIX, falecida



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

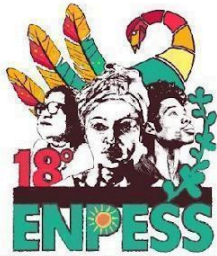
em 1994 com 102 anos. Imigrante de Minas Gerais, Orosina é tida como a fundadora da Maré (Museu da Maré, 2023). Rezadeira e parteira, se dedicava ao cuidado da população mais pobre.

A matriarca chegou ao território em busca de melhores ares para seu marido que enfrentava uma tuberculose, pois o ar naquele local era tido como um ar mais limpo. Nesta busca por melhora da saúde que nos anos 1940 ainda não era um direito universal, o casal construiu um barraco de madeira na localidade que hoje é conhecida como morro do Timbau. Desde então, Orosina, segundo o Museu da Maré (2023), se dedicou à luta pelos direitos dos moradores. Matos (2023), aponta que um exemplo deste enfrentamento se deu contra o início de um processo de instauração de uma milícia no território. Durante o Governo Vargas, quando militares do Primeiro Batalhão de Carros de Combate realizavam a cobrança de uma taxa aos moradores do Morro do Timbau, Orosina, indignada com esse processo, denunciou essa prática ao próprio presidente Getúlio Vargas, que interveio junto aos milicianos e apoiou a moradora na luta contra a taxa abusiva (Museu da Maré, 2023).

Dona Orosina, assim como a população negra mareense como um todo, se constitui e se desenvolve a partir da práxis negra. A população negra mareense, por meio do processo de tomada de consciência das relações sociais nas quais está inserida, se entendendo enquanto sujeito histórico e ativo, faz uma crítica social e radical, mesmo que de forma inconsciente, das formas de exploração que sofre em todos os campos onde transita: econômico, social e político, e a isso reage, se (re)afirma. E, é nesse movimento, em meio a um processo dinâmico, hora contendo avanços, hora retrocessos, a população negra tem buscado e contribuído com a construção da contra-hegemonia com vistas a uma transformação radical da sociabilidade burguesa, pois suas práticas apresentam também um novo modelo de projeto societário.

Em 1980, em pleno processo de redemocratização do país, as mulheres e os homens negros mareenses estiveram nesse processo de luta para existir, resistir e se reinventar: lutavam pelo direito à água potável, ao saneamento básico e às condições adequadas de moradia. Para tanto, em 1984 se organizaram, conforme Henrique e Osório (2020), através do que ficou conhecido como Chapa Rosa, um coletivo de mulheres que se uniu para concorrer à Associação de Moradores da favela Nova Holanda, pleito do qual saíram vitoriosas.

Assim, como Moura (1992 e 1977) entendemos que em nosso país ocorre um processo sistemático que irradia do pós-abolição até os dias atuais que se vale do racismo como arma ideológica para transformar homens, mulheres e crianças negras em “maus cidadãos”: sujeitos que não aceitam o destino que lhes é imputado. Consciente de sua condição humana e social,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

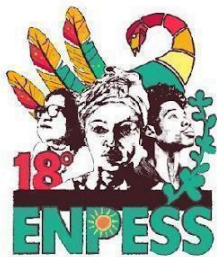
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

questiona, torna-se ou tem o potencial de tornar-se um contestador radical, que busca se inserir nas diversas instituições e órgãos sociais com o objetivo de dinamizar a materialidade, o que facultaria, por sua vez a sua integração social no nível de cidadão. Indo além, ao autor advoga que o negro enquanto mau cidadão, é aquele que foi lançado por meio da marginalização aos vícios tais como alcoolismo, a drogadição, mendicância, ao banditismo dentre outras formas de comportamentos sociais, tidos como nocivos a sociedade (Moura, 1977), ou seja, torna-se expressão da questão social, as quais o Estado, em apoio ao capital, se valerá de uma série de dispositivos econômicos e extraeconômicos, políticos e sociais para obter o controle social sobre esses maus cidadãos.

Todavia, se há uma série de mecanismo que buscam confinar a população negra na zona do não-ser ou do mau cidadão, esse segmento populacional, à exemplo da população negra mareense, tem resistido cotidianamente por meio da práxis negra. Por meio da fusão do saber ancestral e da prática social esse segmento busca alterar a realidade social (Oliveira, 2009). A rebeldia negra, a práxis negra se encontra na negação e no enfrentamento das formas de opressão e exploração impostas à população negra pelo capitalismo moderno através das organizações de luta coletiva da Maré, pois buscam reverter de maneira radical o concreto vivido. A pesquisadora social Monique Carvalho (*apud* Henrique e Osório, 2020) traz um pouco da materialização desse processo de rebeldia.

[...] ainda que as pessoas não acordem e falem “hoje eu vou fazer um mutirão, eu vou lutar contra o capitalismo”, o morador tá precisando de uma coisa urgente. Ele não conta com o Estado, ele sabe que o Estado está muito longe. As formas como eles reagem à exploração do Estado é a organização coletiva ou individual. Isso é desde a construção do Estado brasileiro. Se a gente pensar na formação do Estado Nacional, para olhar para história do país, a gente vê que é isso: as pessoas se unindo para conquistar alguma coisa, para lutar por alguma coisa, só que isso é sempre muito apagado né. Essa história nunca é contada (Henrique e Osório, 2020, p. 8).

Esse processo de construção de luta coletiva é uma forma de práxis negra que se faz presente desde o Período Colonial, ao qual Moura (1992) denominou de quilombagem: um movimento organizado e dirigido pelos próprios negros escravizados, que ocorreu em todo o Brasil. Foi um movimento que reivindicava mudança social radical e se constituiu enquanto potência de desgaste do sistema escravista no nível social econômico e militar. Quilombagem hoje pode ser traduzida como movimento contínuo de rebeldia contra a ordem oficial de submetê-los ou eliminá-los. Moura (1992) ainda reflete que a quilombagem era um movimento de emancipação dos negros escravizados, que tinha como núcleo central de sua força os inúmeros quilombos que existiram em todo território nacional. É uma práxis que (re)age à classe dominante. Na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

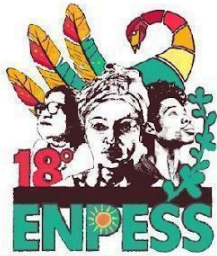
contemporaneidade acreditamos que a população negra⁷, e para fins deste trabalho, a população negra mareense, passando de geração em geração, ainda tem se valido das estratégias ancestrais, as quais foram sendo incorporadas novas técnicas e novas formas de organização coletiva para reagir às diversas violências e explorações que são potencializadas pelo racismo que marca a estrutura do país.

Exemplos dessa capacidade de resistir não faltam. Diante da inação do Governo Federal que esteve à frente do país na crise sanitária da Covid-19, vivida em escala global entre os anos de 2020 a 2022, o Redes da Maré, junto a Central Única de Favelas (CUFA) e outras organizações sociais, realizaram a “Campanha Maré diz Não ao Coronavírus”. Nessa campanha, além de ações de enfrentamento à pandemia no território, denunciavam o descaso das autoridades públicas para com a população favelada, assim como a dificuldade que seus moradores tinham para acessar as políticas sociais, entre elas o auxílio emergencial. Esses coletivos conseguiram realizar a doação de mais de 6 mil cestas básicas as famílias do Complexo da Maré, quantidade esta que atingiu cerca de 24 mil pessoas do território (Redes da Maré, 2023). Entre as quais o Redes da Maré (2023) identificou 70,6% de famílias pretas e pardas, 68,2% delas estavam em sua totalidade fora do mercado de trabalho e 49,1% tinham um dos seus membros com doença crônica necessitando de ações e acompanhamento especial.

Matos (2023) nos traz outro caso real de resistência e luta, de práxis negra: a capacidade de articulação dos seus coletivos e interlocução levou à primeira campanha de imunização em massa, realizado numa ação conjunta entre a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o Redes da Maré e a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro ainda no período pandêmico. A campanha vacinal, tida hoje como referência para o processo de imunização em espaços favelados, objetivou vacinar todos os moradores da Maré com mais de 18 anos. “No primeiro momento da Campanha, 30 mil pessoas foram imunizadas. Contou com uma série de moradores que se voluntariaram para ajudar na busca ativa e na logística da busca ativa das pessoas que eram o público-alvo da campanha (Matos, 2023, p.137)”.

Outra situação exitosa de resistência e luta pelos direitos da população mareense foi uma Ação Civil Pública (ACP) proposta pelos moradores da Maré em 2017, interposta junto ao Poder Judiciário. Segundo o Redes da Maré (2024), esta foi a primeira ação judicial coletiva contra a

⁷ Importante salientar que não partimos da ideia de que as favelas hoje, constituídas em sua maioria por população negra, se constituam enquanto Quilombos. Sabemos que a lógica do modo de produção capitalista moderno contém elementos sociais diversos do modo de produção escravagistas. Contudo, defendemos que há uma força ancestral coletiva que constitui a população negra, a qual resgata componentes e aspectos de reivindicações dos seus antepassados.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

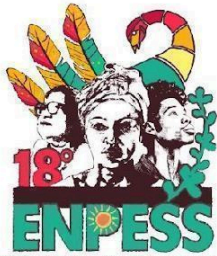
política de Segurança Pública para espaços favelados em nosso país. O objetivo da ACP é a redução de danos ocasionados pela forma violenta como são realizadas as operações policiais. A ação denunciava um gama de direitos que eram violados durante as entradas das polícias no território, poucas ocasiões em que o território era alcançado pelo Estado: só chegava seu braço armado.

Conforme o Redes da Maré (2024), após essa ACP, o índice de violência obteve redução. No entanto o embate continuou e ainda continua sendo constante, no ano de 2019, a ACP, foi revogada e a violência e truculência do Estado voltou a aumentar. Em resposta a essa dinâmica, o Redes da Maré usou como estratégia realizar uma campanha junto aos mais de 140 mil moradores para reverter tal quadro. Moradores da Maré se mobilizaram e escreveram em menos de um mês, mais de 1.509 cartas, a maioria escrita por crianças e adolescentes. O conteúdo das missivas se voltava para relatar como os conflitos armados, provocados pelo Estado, impactavam a vida dessas pessoas: escolas fechadas, postos de saúde sem funcionar, projetos sociais parados e parte da cidade também, até porque os trabalhadores não podiam sair para ir para seus trabalhos. O movimento rendeu frutos e a ACP, foi reestabelecida e está vigente até hoje, 2024, mesmo que de maneira provisória, até ocorrer o julgamento do caso.

Considerações Finais

*Então, por que que essa gente que tem
Não aprende a lição
Com esse povo que nada tem
Mas tem bom coração
(Zeca Pagodinho)*

Partindo de Moura (2020), a população negra mareense, em algum nível, tem entendido que o problema da população negra no território está para além da Maré. Está atrelado ao racismo estrutural e institucional que marginaliza corpos negros sistematicamente no país, impossibilitando-os de alcançarem ascensão social. Para Moura (2020), a situação de homens, mulheres e crianças negras no Brasil é uma miséria secular, atrelada à economia e à ideologia dominante que tem impossibilitado uma mudança radical na vida dessas populações e de sua descendência. Nesse sentido, o autor parte da afirmativa que a luta dos (as) negros (as) que constituem a grande maioria da classe trabalhadora brasileira, deve ser articulada a todos os grupos explorados, incluindo brancos pobres, indígenas, dentre outros para desestruturar e fazer ruir o modelo de sociedade do capitalismo periférico e dependente no qual o Brasil, está inserido. Para Moura (2020), é esta dinâmica, tida como de fato revolucionária que o negro precisa assumir.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

precarizados, trabalhadores explorados para abalar as estruturas desse modelo de sociedade excludente e desigual.

A Maré é um território onde a práxis negra, ganha força e se expressa cotidianamente nos mais diversos espaços sociais. O território conta com uma série de instituições/organizações da sociedade civil, nas quais os moradores constituem parte considerável das equipes, para resistir contra as diversas violências que o território sofre, por parte do Estado aliado ao capital. Instituições como: Coletivos, associações de moradores, ONGs, terreiros de candomblé e centros de umbanda, igrejas, instituições de saúde, educação, locais que se dedicam a prestar serviço e acolhimento gratuito aos diversos moradores mareenses. Entendemos que estas movimentações e articulações, que se manifestam por meio destas instituições, também se constituem como um viés da práxis negra, porque é à partir desses equipamentos, mas não só, que muitas articulações e teias de resistência se desenham na luta por reivindicação de direitos. A resistência da Maré, se transforma numa grande semente que tem sido cultivada de geração em geração. Assim como Marielle Franco, defendemos que “Favela não é problema. Favela é cidade. Favela é solução”. Os moradores mareenses tem apontado por meio de suas lutas, por meio da sua existência, que é na luta do dia a dia que nós devemos nos encontrar contra as violências e opressões do Capitalismo. Salve esse povo aguerrido, salve o povo mareense! Salve Marielle, Dona Orosina e suas sementes.

Referências:

ALMEIDA, S.L. **O Que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CASTELO, R; Ribeiro, V. e Rocamora, G. Capitalismo Dependente e as Origens da “Questão Social” no Rio de Janeiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 137, p. 15-34, jan./abr. 2020

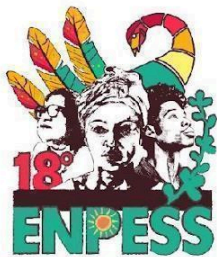
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993. (Atualizado em 2011).

COSTA, E.V. **A ABOLIÇÃO**. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IAMAMOTO, M. V e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. Ed São Paulo, 2014.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil 2019. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 15 ago.
2023.

HENRIQUE, B. e Osório R. Maré Rosa: Na Maré seca dos anos 80, mulheres da Nova Holanda se organizaram na luta pela água. Disponível em: <https://datalabe.org/mare-rosa>. Acesso em: 05 de jun. 2024.

MARIJSSE, S. Um Mergulho na História: O Nascimento e Formação do Complexo da Maré. Disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=23997>. Acesso em 30 out. 2023.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MATOS, D.F. **CORPOS DESCARTÁVEIS: Uma análise dos impactos da pandemia da Covid-19 sobre a saúde da população negra do Complexo da Maré -RJ. 2023**. Dissertação (Mestrado em [PPGSS-UFRJ]) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Recuando no tempo e avançando na análise**: Novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. In **FACES DO TRABALHO: ESCRAVIZADOS E LIVRES**. GOLDMACHE, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró e TERRA, Paulo Cruz. Niterói: EdUFF, 2010.

MOURA, C. **Negro: De Bom Escravo a Mau Cidadão?**. São Paulo: Editora Vozes, 1977.

MOURA, C. **História do Negro no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Dandara 2022.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2024.

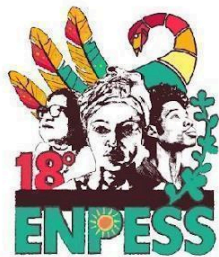
MOURA, C. Cem Anos de Abolição do Escravismo no Brasil. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/moura/1988/05/escravismo.htm>. Acesso em 20 de out. 2023.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MUSEU DA MARÉ. ADOV promove oficina Pesquisa em Acervos. Disponível em:
<https://www.ceasm.org.br/post/adov-promove-oficina-pesquisa-em-acervos>. Acesso em: 02 nov. 2023.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social no Brasil: Ensaio para uma análise histórico-metodológica do Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

OLIVEIRA, F. N. **Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

REDES DA MARÉ. CENSO POPULACIONAL DA MARÉ. Disponível em:
https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.

REDES DA MARÉ. CAMPANHA MARÉ SEM FOME. Disponível em:
<https://www.redesdamare.org.br/br/noticia/56/mare-sem-fome-campanha-vai-levarcestas-basicas-para-6-mil-familias-da-mare>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

SANTOS, J.S. **Questão Social: Particularidades no Brasil**. Cortez, São Paulo, 2017.

SCHWARCZ, L. K. M. O Espetáculo das Raças Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOARES, F. Os 50 anos do incêndio que dizimou a favela que entrou para história do fla. Disponível em:
<https://medium.com/fredsoares/os-50-anos-do-inc%C3%AAndio-que-dizimou-a-favela-que-entrou-para-a-hist%C3%B3ria-do-fla-2ebba9c1250>; Acesso em: 05 de jun. 024.

SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil Africano. São Paulo: Ática, 2006.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade. v.25 n.3. 535-549, 2016.